**RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ADUFERPE NO 37º CONGRESSO DO ANDES-SN**

**Observador/suplente:** Hélcio José Batista

**Forma e data da escolha dos delegados/as e observadores/as:** Eleição Nominal- Assembleia Geral de 30 de novembro de 2017

**Denominação do evento:** 37º Congresso do Andes-SN

**Organização do evento:** Andes-SN

**Tema do evento:** "Em defesa da educação pública e dos direitos da classe trabalhadora. 100 anos da reforma universitária de Córdoba".

**Período de realização:** 22 a 27 de janeiro de 2018.

**Localidade do evento:** Universidade Estadual da Bahia (UNEB) - Salvador/BA

**TEMA I**

**MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA**

Comentários:

O texto abaixo, com uma análise de conjuntura, expressa a opinião do observador conforme seu alinhamento político-sindical, com conteúdo atrelado aos textos de apoio e TR's dos quais foi signatário no Congresso do Andes. Muito embora, o texto 2 (TR 2), "Reorientar o ANDES-SN na luta unitária contra Temer e suas contrarreformas", não tenha sido o texto que obteve votação majoritária na Plenária do Tema I, é importante ressaltar a expressiva representação por parte da base da nossa categoria nesta TR, em nível nacional, pelas pessoas e pelo espectro de AD's no Brasil.

Análise de Conjuntura:

Estamos vivenciando mundialmente uma escalada, talvez sem precedentes na rapidez e intensidade com que ocorre, da opressão por parte das forças do capital imperialista sobre os países terceiro-mundistas e a classe trabalhadora em sua totalidade. Nas Américas, o papel principal desta força de exploração é exercido pelos Estados Unidos, o qual assume protagonismo numa série de ataques à soberania nos últimos anos contra regimes democráticos de legitimidade popular na América Latina, em especial, os golpes de estado (golpes "brancos") deflagrados em Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016). Quando não pela via do golpe explícito, a direita neoliberal gradativamente assume o poder, com ferramentas estratégicas sofisticadas de formação de opinião e elevado grau de corrupção por apropriação indébita de dinheiro público, donde aufere recursos incalculáveis com os quais financia campanhas eleitorais e financia a própria grande mídia em seu favor. Exemplos disto, além do Brasil, temos na Argentina, Equador e Venezuela, dentre outros.

No golpe em 2016 no Brasil, com o impeachment da Presidenta Dilma Roussef, adotou-se uma estratégia diferenciada dos golpes do passado os quais ocorriam sob uso de força militar e repressão armada. Contemporaneamente, basta que se ajuste um preciso alinhamento entre os grandes capitalistas ligados ao mercado financeiro com a maioria do parlamento e seus partidos de direita de linha neoliberal, grande parte das instituições de estado tais como instâncias do poder judiciário e ministério público, polícia federal e com

o uso de sua mais importante ferramenta, os grandes conglomerados empresariais que comandam os meios de comunicação, ou mídia golpista como tem sido denominada, no caso do Brasil, com predominância das organizações Globo. Além desses grupos, não se pode deixar de citar o setor do agronegócio, de organizações como maçonaria e similares e os emergentes grupos religiosos de orientação protestante neopentecostal, adeptos da teologia da prosperidade, os quais avançam sua participação na política nacional ao mesmo tempo que se tornam grandes capitalistas, especialmente adquirindo canais de televisão aberta. Acresce-se a isto tudo, o ressurgimento de grupos radicais de direita, como neofascistas, neonazistas, grupos religiosos xenófobos, conservadores e racistas, dentre outros, muitos com estreita ligação a organizações estratégicas de extrema direita denominados *Think Tanks*, como a rede Atlas, a qual apoia o Movimento Brasil Livre (https://www.brasildefato.com.br/2017/08/14/think-tanks-organizacoes-por-tras-da-guinada-da-direita-na-america-latina/).

Há mais de um ano do golpe de 2016, as razões que levaram ao impeachment sem crime de responsabilidade se tornam evidentes à classe trabalhadora, numa série de ataques do ilegítimo governo Temer: EC 95/2016 que congelou os investimentos nos serviços públicos por 20 anos; desmonte de programas sociais; lei das terceirizações ilimitadas; contrarreforma trabalhista que nos leva a tempos anteriores à CLT; programa ultra rápido de privatizações de grandes empresas estatais (Eletrobrás, portos e aeroportos, bancos, infraestruturas públicas e até a Casa da Moeda), vendendo a preço ridículo concessões de exploração de nossos minérios e recursos naturais, com destaque ao pré-sal; criou a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), diretamente voltada para as demandas do mercado em detrimento de uma formação humanizada, libertadora e crítica; implantou a reforma do ensino médio "goela abaixo"; editou portaria praticamente extinguindo a figura do trabalho em condições similares a de escravidão, impedindo a fiscalização das empresas que usam mão de obra escrava; editou cortes de financiamento das Universidades Públicas; avança com uma proposta de contrarreforma da previdência, que na prática priva do acesso à aposentadoria a porção mais numerosa e vulnerável da população. Mais recentemente, o estado via órgãos de controle e sistema judiciário promove contra políticos, em geral de oposição ao governo Temer, ou contra servidores em diversos órgãos públicos, especialmente Universidades, uma verdadeira "caça às bruxas", à maneira de tribunais de inquisição, via de regra criando factoides em ilegalidades banais, condenando sem provas, e sempre expondo e agredindo direitos humanos e de liberdade, com muito estardalhaço na mídia. É o avanço do estado de exceção, juntamente ao aumento da violência, da fome, da perseguição e do extermínio de grupos socialmente vulneráveis como negros, indígenas, agricultores sem terra, grupos sem teto, LGBT, dentre outros.

É neste quadro agudo que o movimento sindical e popular e, dentro dele o ANDES-SN, terá de fazer o enfrentamento aos profundos ataques a todos os direitos, inclusive ao direito à educação e à universidade. Após o ano de 2017, o ano pós golpe, no qual só tivemos a grande greve geral do dia 28 de abril, como vitória parcial da luta organizada da classe trabalhadora, tivemos, de resto, apenas derrotas, ataques seguidos dos golpistas e a crise política, social e econômica se agravando. O avanço do golpe.

E eis que entramos em 2018, sob a contradição de necessitarmos construir uma unidade possível nas esquerdas capaz de derrotar o golpe justamente num ano eleitoral, com eleições gerais. É também, quando vivemos a maior perseguição política jamais vista por estas terras, como ao presidente Lula, de forma criminosa, atacando diretamente o estado democrático de direito e abrindo caminho para perseguição e cassação das demais lideranças progressistas do país no campo político ou social, de partidos e sindicatos. Num ano em que, a reforma da previdência só não decolou ainda justamente pelo ano eleitoral em que se arrasta. E o que assistimos, infelizmente, é a apatia das direções das centrais sindicais e de grandes sindicatos, acompanhada pela apatia das próprias bases. A luta é necessária, mas tática e estratégia são essenciais, tanto na arregimentação e conscientização das bases de trabalhadores como na contundente

cobrança às lideranças. É a "guerra" interna a se vencer, pois só assim se fortalece para o enfrentamento do inimigo.

Por agora, sob a tentativa de fazer votar a contrarreforma da previdência no Congresso, exige-se permanente estado de alerta e a retomada do movimento da Greve Geral: “se botar para votar, o Brasil vai parar”! Bandeira que deve ser o ponto de unidade para a ação comum das Centrais, dos sindicatos e movimentos sociais. No entanto, enquanto setores internos à esquerda se digladiam nas disputas de egos, muitos esquecem, em seu profundo sono surrealista, que a tal democracia burguesa, mal ou bem, é o que temos ainda. E as eleições, sem que se tenha ainda a reforma política minimamente necessária, não podem ser desprezadas como estratégias de luta, pois qualquer mudança qualitativa tanto no legislativo como no executivo, que possa abrir caminho à revogação das contrarreformas de Temer, passa por campanhas da militância em torno de nomes que construam unidades no campo das esquerdas. Contudo, não é o que parece estar acontecendo. Nem na disputa presidencial, nem para o parlamento, sequer para governos estaduais. A luta no campo sindical deve naturalmente seguir sua independência e autonomia em relação à dinâmica eleitoral e partidária, mas por outro lado, ela não deve burocratizar-se a tal ponto e, ironicamente, operar como um "partido" cuja estratégia é ser adversário de qualquer candidatura que se proclame de esquerda, se coadunando à direita golpista que, em breve, lhe sequestrará os direitos fundamentais, como o de greve ou de livre manifestação, por exemplo.

É necessário abrir no nosso sindicato o debate em torno da necessidade de uma constituinte soberana. Neste sentido, é também necessário tanto combater e denunciar em campanha à base os políticos que votaram nos retrocessos, bem como, na mesma medida, valorizar aqueles heroicos resistentes, independente de partido, sem demagogia, respeitando as divergências normais numa disputa democrática e não se furtando a prestar apoio a alianças, quando estas se somem à estratégia comum, consensual no sentido de revogar as contrarreformas e perdas de direitos já operacionalizadas.

Entendemos, ao mesmo tempo, que a luta para revogar a contrarreforma trabalhista e para barrar a contrarreforma da previdência, além dos demais retrocessos que estamos vivenciando, passa por derrotar o golpe e enxotar Temer do Governo. Simultaneamente a isto, é preciso limpar a sujeira institucional onde o golpe se insere. É hora de organizar essa luta e apontar uma saída política para a profunda crise em que o Brasil foi mergulhado. É preciso colocar o povo nas ruas, organizar greves e atos bem sucedidos. É preciso construir esta união. É questão de sobrevivência, pois em breve, talvez todos os nossos ganhos em termos de direitos estejam perdidos e quiçá o direito fundamental de opinar e se expressar politicamente.

**Alguns dados sobre o Golpe na Educação e nas Universidades** (fonte: texto 02)

O Governo Temer impõe a aplicação da EC 95/2016. Já em abril passado, a Educação teve R$ 4,3 bilhões em despesas bloqueadas. Com isso, o orçamento do MEC para 2017, que havia sido definido pelo Congresso em R$ 35,74 bilhões, foi reduzido para R$ 31,43 bilhões.

Os efeitos imediatos da EC 95 se fazem sentir no sistema federal de ensino. Contudo, o quadro na esfera dos governos estaduais é conhecido: situação de decomposição da UERJ, crise de largo porte na UEPB, com demissão de professores e redução de salário, e na UERN, apenas para nos referir aos casos mais vistosos.

Alguns dados são úteis para se entender o recuo que é imposto agora. O orçamento geral do MEC cresceu entre 2003 e 2013 de algo como R$ 20 bilhões para cerca de R$ 112 bilhões, enquanto o orçamento das IFES, neste mesmo período, foi de cerca de R$ 10 bilhões para em torno de R$ 40 bilhões (SIMEC/MEC). Em pouco mais de um ano de governo golpista, este curso passou por uma reversão acelerada. O orçamento das IFES de 2017 apresentou corte significativo em relação ao de 2016: 6,74% nominal na matriz de custeio, 10% no programa Reuni, 40,1% em capital. Chame-se atenção para o corte de

3,15% do Programa Nacional de Assistência Estudantil, um item que já vinha sendo objeto de corte nos últimos.

Mesmo no quadro deste corte, em regra, até o mês de agosto passado, apenas 75% das verbas de custeio e 45% do orçamento de capital haviam sido liberados, o que pode significar o colapso das universidades no segundo semestre. E o governo já anunciou uma dotação para 2018 nos mesmos níveis de 2017, acompanhado do anúncio de mais um corte no Programa Reuni de 11%. O valor do custo-aluno do ensino superior desabou, valendo hoje 42% menos do que valia em 2011. Junte-se a isto o corte de 44% no orçamento do CNPq que deve ocasionar de imediato a eventual paralisação dos projetos financiados pelo órgão, a maioria no âmbito das universidades públicas.

Em 30/10/2017, foi publicado no DOU a Medida Provisória 805, que "Posterga ou cancela aumentos remuneratórios para os exercícios subsequentes, altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e a Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, quanto à alíquota da contribuição social do servidor público". Traduzindo, significa adiamento de reajuste salarial dos servidores públicos federais pelos próximos três anos (congelamento de progressões) e aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%.

**Um balanço da atual gestão do Andes-SN é necessário** (fonte: texto 02)

Nosso sindicato, encontra-se isolado enfeudado à CSP-Conlutas. Foi sob a atual diretoria que, no momento decisivo da luta de classes, quando as classes dominantes assaltaram, com apoio dos meios de comunicação e dos podres poderes do Judiciário e do Legislativo, o poder de Estado, nosso sindicato cumpriu o triste papel de não só calar diante do golpe, mas mesmo negá-lo, enquanto dezenas de comitês de resistência se constituíam nas universidades, a própria base da Sindicato Nacional.

Nestes momentos preferiu a CSP-Conlutas erguer a bandeira despolitizante do "Fora Todos", movimento auxiliar do golpismo de direita. Demorou um ano para a base conseguir um dedo de recuo da Diretoria do ANDES, dada a gravidade e a rapidez dos desdobramentos do golpe. Somente, no Congresso de Cuiabá (2017) o Andes-SN foi capaz de reconhecer a ilegitimidade de Temer, mesmo assim numa votação extremamente dividida entre os delegados. E só num esforço extremo de negociação se conseguiu fazer o sindicato aderir ao 15 de março, então convocado pela CNTE, e que foi o passo inicial do vitorioso 28 de abril. Já vindo de um longo isolamento em relação ao movimento dos trabalhadores e a suas organizações, o Andes-SN foi incapaz nestes quase dois anos de integrar o amplo movimento de massas que se formou na luta contra Temer, passando ao largo das frentes de unidade de ação que se constituíram (FBP e FPSM).

No mais, a atual diretoria seguiu a má tradição de repisar os princípios da carreira nas negociações salariais e de carreira, sem ser capaz de transforma-los em eixos de luta e itens de negociação, em especial no setor das federais.

**Fazer um verdadeiro balanço da filiação à CSP-Conlutas** (fonte: texto 02)

O curso de isolamento do Andes-SN, a esdrúxula prática de escolher de antemão os aliados, etiquetando-os de "classistas", a extrema resistência às ações unitárias têm uma origem: a filiação à CSP-Conlutas. Esta organização, no momento decisivo da luta de classes, acabou por fazer o papel de flanco esquerdo do golpe no Brasil. Considerando a deposição de Dilma pelo golpismo como positivo, comemorou na linha de "a primeira já foi". Mas nem a violenta ofensiva contra os direitos parece fazer a CSP-Conlutas mudar de opinião. Em seu último congresso, reafirmou a negação do golpe e inscreveu entre suas bandeiras a derrubada do Governo Maduro na Venezuela. Do sectarismo, esta organização passa diretamente à colaboração com o imperialismo. Sobre a Venezuela, o site da CSP-Conlutas diz que "a resolução defende que a CSP-Conlutas se posicione CONTRA O GOVERNO DE NICOLÁS MADURO, a direita organizada na MUD e o imperialismo, responsáveis pelos ataques e miséria impostos ao povo venezuelano". (Destaques

nossos). Como se vê, se repete em relação à Venezuela a tentativa de igualar todos, mas propondo concretamente a queda de Maduro, já que a direita (MUD) não está no governo.

Não é razoável que o Andes-SN, uma das pilastras da CSP-Conlutas, siga sustentando, sem balanço nenhum, esta organização. É necessário que este Congresso do nosso sindicato abra um verdadeiro debate acerca desta filiação.

referências:

**Texto 02**

"**Reorientar O ANDES-SN na Luta Unitária Contra Temer e Suas Contrarreformas**" submetida ao 37º Congresso do Andes, como contribuição do(a)s sindicalizados: *Diretoria eleita da ADUFERPE, Ailton Contrim Prates (ADUFAL), Alberto Handfas (ADUNIFESP), Alexandre Medeiros (ADUFPI), Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES), Antonio Eduardo Oliveira (APUR), Benerval Pinheiro Santos (ADUFU), CARLOS Eduardo Müller (ADUFAL), Carlos José Cartaxo (ADUFPB), Cassia Hack (SINDUFAP), Celi Taffarel (APUB); Cláudio Félix (ADUSC); Claudio Lira (APUB), Dailton Alencar Lucas de Lacerda (ADUFPB); David Teixeira (APUR); Domingos Savio da Cunha Garcia (ADUNEMAT); Edna Aparecida Sampaio (ADUNEMAT); Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Eduardo Jorge Silva (ADUFERPE); Érika Suruagy (ADUFERPE); Eron Pimentel (ADUFPE), Eudes Baima (SINDUECE); Everaldo Andrade (ADUSP); Fábio Vernturini (ADUNIFESP), Falcão Vasconcelos Luiz Gonzaga (ADUFU), Fátima Aparecida Silva (APUR), Fernando Cunha (ADUFPB);), Flávio Melo (ADUFERPE); Francine Iegelski (ADUFF), Hélcio Batista (ADUFERPE), Gisele Moreira (APESJF), Helio Girão (SINDUECE); Humberto Clímaco (ADUFG); Jair Reck (ADUNB), Jânio Ribeiro dos Santos (ADUFPI), José Arlen Beltrão de Matos (APUR); Juanito Vieira (APESJF); Karina Cordeiro (APUR), Kimi Tomizaki (ADUSP); Lenucia Moura (SINDUECE); Leni Hack (ADUNEMAT), Lisleandra Machado (APESJF), Luciene Neves Santos (ADUNEMAT), Márcia Morschbacher (SEDUFSM), Marco Aurélio Oliveira (SESDUFT); Mairton Celestino (ADUFPI), Marise Carvalho (APUB); Melina Silva Alves (ADUFPB), Pedro Silva (SINDUECE), Raquel Rodrigues (ADUFS-BA), Sara Munck (APESJF), Silvina Carrizo (APESJF), Tarcísio Cordeiro (APUR); Tiago Nicola (ADUSC), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Eduardo Giavara (ADUFU), Joelma Albuquerque (ADUFAL), Manuel Andrade (ADUnB), Frederico Augusto D'avila (APESJF).*

**TR – 2**

O ANDES-SN se integra na luta unitária contra o golpe de Estado, lutando pela remoção do governo golpista, sob a consigna Fora Temer, combatendo ao lado das Centrais Sindicais e dos movimentos sociais para revogar as contrarreformas e a EC 95, barrar a contrarreforma previdenciária, defendendo o orçamento das universidades e a preservação de sua função social como instituições públicas, gratuitas e de qualidade.

**Discussão e deliberações:**

O texto aprovado foi o proposto pela atual Diretoria, texto 1: "***CENTRALIDADE DA LUTA:*** *Fortalecer e ampliar a unidade de ação com os setores dispostos a barrar e revogar as contrarreformas. Construir as lutas e a greve do funcionalismo público federal, estadual e municipal em defesa da educação e dos serviços públicos e da garantia de direitos, rumo a uma nova greve geral. Nenhum direito a menos. Fora Temer!*"

**TEMA II**

**POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS**

Comentários:

Sobre a minha participação em grupo misto (grupo 5), quanto ao tema II, percebeu-se que as TR's defendidas as quais fui signatário foram sistematicamente, em sua grande maioria, suprimidas, ou em alguns casos, tidas como "rejeitadas" sem a discussão devida, mas estranhamente, tiveram itens ou parte de itens teletransportados diretamente para TR's outras (que obtiveram aprovação majoritária) sob a forma de "destaques de modificação" elaborados a priori por seus proponentes. Exemplo: item 15 das deliberações sobre POLÍTICA EDUCACIONAL (Tema II), proveniente da TR sumariamente suprimida TR 49, mas que foi incorporada à TR 12, como se viesse "do nada": "*Realizar análise crítica do documento do Banco Mundial "Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil", produzindo material que oriente os debates a serem promovidos pelas secretarias regionais e seções sindicais*." Na TR 49 foi defendido também, inclusive verbalmente por este observador, quando inscrito para destaque, que havia a necessidade do ANDES-SN se juntar aos movimentos de enfrentamento aos cortes na ciência que tenham grande representatividade/adesão na base docente nas Universidades públicas. Um desses movimentos é o "Ciência sem Cortes" de expressão nacional. No entanto, o que foi incorporado às deliberações (proveniente de modificações à TR 16) foi um termo genérico participação do "Conhecimento sem Cortes", quando nem um termo nem outro constava da TR originalmente proposta. Ao que parece, tal movimento ("Conhecimento sem Cortes") já existiu no passado no âmbito do ANDES, e o grupo que propôs tal modificação na TR deparar-se com uma proposta, em TR de "grupos de oposição", de apoio a outro movimento que não "o seu" e que supostamente envolva atores considerados desafetos, mesmo sendo um movimento contemporâneo de grande representatividade nas bases com extensão nacional, é automaticamente considerada proposta "superada". Em conclusão, a tática resume-se a tentar fugir à discussão das propostas de grupos oponentes, partindo-se para duas opções de expediente: "supressão" sumária, imediata e sistemática ou "superação", seja esta assumida, quando não for possível fazer a "superação" da proposta veladamente, como exposto acima. Dificilmente, veremos a opção "consolidação" de TR's da atual diretoria, de forma deliberada por parte da mesma, com TR's de grupos politicamente opositores. Assim, o Congresso segue em frente, soando ser "extremamente democrático", como já se ouviu de certos relatos. Notadamente, tanto em vários grupos mistos como nas plenárias, o apoio às TR's da Diretoria, parece ser hegemônico. Até aí tudo normal, e até levando a deduzir-se tal fato como resultado de um *bom trabalho de base*, de *real escuta da base*. O que nos parece estranho é observar que a base, possuindo seus meios de expressão, muitas vezes tem posições divergentes daquelas da Diretoria, fato que tanto registros há como percepção *in loco* no âmbito das seções sindicais. De fato, tais bases encontram-se afastadas do sindicato, eis uma das razões por não serem ouvidas. No entanto, entendemos que uma Diretoria deve ir até a base, deve buscar escutá-la, buscar maneiras de mobilizá-la. Eis o trabalho difícil. Ônus da prática democrática. É por isso que se faz necessário *renovação* nas práticas da Diretoria, neste quesito.

Obs: ainda no contexto do comentário acima, vale ressaltar um caso surpreendente de uma TR "não grata" sobreviver à supressão, mas sofrer uma transfiguração total. Exemplo: TR 52, anexo ao caderno de texto. Talvez seja para não abrir espaços ou brechas, em forma de registro histórico acessível e claro, para ideias alheias ou divergentes. Assim se constrói a história unilateralmente.

**Deliberações aprovadas:**

ver páginas 148 a 157 do relatório final do ANDES-SN.

## TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES

Comentários:

Novamente aqui, viu-se a fenômeno da supressão sistemática de uma séria de RT's: 55, 57 e 58. A TR 56, par surpresa, embora bastante amputada, permaneceu com apenas dos itens sobreviventes. Haja superação! Novamente também, viu-se um item importante da TR 57, suprimida na íntegra, teletransportada à TR 20. Não foi possível ler ou ouvir o termo consolidação em texto ou momento algum.

**Deliberações aprovadas:**

**PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES**

O 37º CONGRESSO delibera

**A - NO ÂMBITO DOS SPF**

**1.** Propor à CNESF a realização de um Seminário para dar continuidade à rearticulação, pautando a necessidade de convocar uma plenária para definir ações do conjunto dos SPF na perspectiva de radicalização do enfrentamento às medidas do governo que atacam o serviço público federal.

**2.** Intensificar as ações de servidores(as) públicos(as) federais, estaduais e municipais com outras organizações **(**entidades e centrais), entidades, movimentos sociais populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de fortalecer ou construir fóruns de atuação pela revogação da EC 95/16, da Contrarreforma Trabalhista, da Lei nº 13.429/2017 (Lei da Terceirização), PDV, MP 805/17, Decreto 9262/18e contra a aprovação da Reforma da Previdência, do PLS 116/17 e PLS 204/16.

**3.** Construir a Campanha 2018 dos SPF de forma articulada com o FONASEFE e a CNESF, a partir da definição dos eixos organizativos da pauta, de estratégias de ação e de calendário, integrando e consolidando a unidade política de ação dos SPF.

**4.** Propor pauta da campanha unificada dos SPF para 2018:

**a)** política salarial permanente com correção das distorções e da reposição das perdas inflacionárias, propondo ao FONASEFE o debate sobre o índice de reajuste salarial unificado dos SPF, utilizando os mesmos princípios do cálculo do índice de 2015 (acumulando de perdas inflacionárias do período, mais % de ganho real);

**b)** data-base 1º de maio;

**c)** direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 da OIT;

**d)** paridade salarial entre ativos(as) e aposentados(as);

**e)** isonomia de todos os benefícios entre os poderes;

**f)** incorporação de todas as gratificações produtivistas;

**g)** oposição à Contrarreforma da Previdência - PEC 287/16 e Substitutivo;

**h)** revogação da FUNPRESP e garantia de aposentadoria integral;

**i)** fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos;

**j)** concurso público pelo RJU, já?!

**k)** revogação da EC 95/16, da MP 792/17 (PDV), da MP 805/17 e da Lei nº 13.429/17 (Lei da terceirização);

**l)** oposição ao PLS 116/17 e PLS 204/16.

**5.** Lutar contra as restrições ao direito de greve dos(as) servidores(as) públicos(as) federais: corte de ponto instaurado pelo STF, PEC 53/2016 que, a pretexto de defender a educação como serviço essencial, limitará o direito de greve conquistado.

**6.** Lutar pela revogação da MP 792/17 (PDV) e contra a MP 805/17 (que eleva a contribuição previdenciária de 11% para 14%; e contra a aprovação do PLS 116/17 (que propõe o fim da estabilidade dos(as) servidores(as) públicos).

**B - NO ÂMBITO DO SETOR DAS IFES**

**1.** Reafirmar e atualizar a pauta de reivindicações do setor da IFES aprovada em 2017, para posteriormente protocolizá-la no MEC e no MPOG.

**2.** Lutar pela rejeição da MP 805/17 que eleva, para parte da categoria, a alíquota da contribuição previdenciária de 11% para 14% e adia para 2019 as alterações nas tabelas remuneratórias previstas para 2018.

**3.** Dar ampla divulgação, por meio das seções sindicais, da cartilha sobre PDV, produzida pelo FONASEFE, como forma de mobilização contra a implementação nas IFES.

**4.** Atualizar o levantamento, junto às seções sindicais, dos cortes orçamentários nas IFES e os efeitos negativos para o funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas, da assistência estudantil, do número de aposentadorias e de docentes com abono permanência, da previsão de concursos, da existência de impedimento ou represamento de promoção ou progressão e do pagamento de retroativos.

**5.** Elaborar, a partir dos dados coletados, proposta de realização de painel sobre precarização das IFES com destaque para cortes no orçamento, desestruturação da carreira docente e aposentadoria.

**6.** Atualizar o levantamento junto às seções sindicais, dos dados sobre a implementação do Marco Legal da C&TI nas IFES, tendo como base para ações de enfrentamento.

**7.** Lutar, em conjunto com as seções sindicais, pela implementação do Decreto 9.034/17, que institui cotas para pessoas com deficiência nos institutos, nas universidades federais e nos CEFET; pelas cotas de vagas para concursos de docentes e técnicos-administrativos em educação; pela defesa dos direitos das pessoas com deficiência; contra a opressão e o capacitismo; pela adequação nos processos de seleção e acesso e pela criação dos núcleos de atendimento educacional.

**8.** Solicitar nova audiência com a ANDIFES, CONDICAP e CONIF para continuar tratando dos seguintes temas: fim dos cortes orçamentários, cobrança de taxas e mensalidades em cursos de graduação e pós-graduação, implementação de ponto eletrônico para servidor, impedimento de aposentadoria, represamento de promoções e progressões, planejamento e realização de obras.

**9.** Lutar contra a aprovação do PLS 16/15 e do PL 4.643/12, que dispõem sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais, vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior.

**10.** Atuar, a partir das seções sindicais e das secretarias regionais, nos fóruns e comitês em defesa da educação pública, para organização e lançamento da Frente em Defesa das Instituições Ensino Superior Públicas nos estados.

**11.** Dar continuidade, por meio das seções sindicais, a campanha de solidariedade às IES, contribuindo com fundo criado para essa finalidade, divulgando-o nas páginas das seções sindicais.

**12.** Reforçar a luta pelo reenquadramento sem perda de direito daqueles docentes que se movimentam entre as IFES por meio de concurso público.

**13.** Debater as condições de trabalho em relação à multicampia nas IFES.

**14.** Denunciar a desestruturação de carreira docente e da consequente tabela salarial promovida pela ação do PROIFES e lutar pela recuperação da carreira docente aprovada no 30º Congresso do ANDES-SN em Uberlândia, no ano de 2011.

**CRONOGRAMA DE AÇÕES**

**a)**Protocolar a pauta da campanha salarial 2018 no Ministério da Educação e Ministério do Planejamento;

**b)**exigir reuniões de negociações com o governo federal para a pauta de reivindicações dos docentes das federais;

**c)**realizar ações nas seções sindicais de debate e enfrentamento à contrarreforma da previdência e a MP 805/2017;

**d)**construir ações de combate à contrarreforma da previdência e a MP 805/2017 em unidade com setores da educação, movimento sindical, estudantil e popular;

**e)**participar das atividades do FONASEFE, em fevereiro, para barrar a contrarreforma da previdência;

**f)**construir um dia nacional de lutas, em março, em defesa das IES públicas, em articulação com a Frente Nacional em Defesa das IES Públicas, movimento sindical, estudantil e popular;

**g)**realizar reunião conjunta dos Setores das IFES e IEES/IMES e GT Carreira para debater questões relativas à carreira docente, em especial: EBTT (CAP/IFs/CEFETs), RSC: reforma do Ensino Médio;

**h)** realizar Encontro Nacional dos docentes EBTT do ANDES-SN.

**AGENDA**

3 e 4 de fevereiro – Reunião ampliada do FONASEFE e FONACATE, em Brasília;

5 de fevereiro – pressão nos parlamentares no Congresso Nacional para barrar a contrarreforma da previdência;

10 e 11 de março – reunião do setor das IFES em Brasília;

Março – dia nacional de lutas em defesa das IES públicas;

Abril – reunião conjunta dos setores das IFES, IEES/IMES e GT Carreira.

# TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

Deliberações dignas de nota segundo o observador (o restante, favor consultar o relatório final ANDES):

**VI – MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES.**

O 37º CONGRESSO delibera

**1.** Autorizar a Diretoria do ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais para a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

**VII – MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA.**

O 37º CONGRESSO delibera

**1.** Autorizar a diretoria do ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais para a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD).

**VIII –MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO AO CASARÃO DA LUTA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST).**

O 37º CONGRESSO delibera

**1.** Autorizar a Diretoria do ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, com R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais com o Casarão da Luta e o sistema de formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

**IX – SEDE DO 38º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL.**

O 38º CONGRESSO do ANDES – SINDICATO NACIONAL realizar-se-á na cidade de Belém (PA), sob a organização da ADUFPA Seção Sindical

**XII– ATUALIZAÇÃO DOS VALORES PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL EM BRASÍLIA (DF) PARA AMPLIAÇÃO DA SEDE NACIONAL DO ANDES-SN**.

O 37º CONGRESSO delibera

**1.** Autorizar a Diretoria do ANDES-SN a adquirir imóvel, com assessoria de profissional do setor imobiliário com vistas a análise do mesmo para o investimento pretendido, para a ampliação do espaço físico da SEDE NACIONAL, até o limite de R$: 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) utilizando recursos próprios do caixa nacional do Sindicato.

**Recomendação**: Flexibilizar o uso da verba de R$ 2.4000.000,00, juntamente com o valor dos imóveis já possuídos, pra a eventualidade de transação com o imóvel mais adequado à sede do ANDES-SN.

**XIII - PELA MAIOR PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES DO ANDES-SN! PELA GARANTIA DAS CONDIÇÕES OBJETIVAS DAS PEQUENAS SEÇÕES! POR UMA MAIOR DEMOCRATIZAÇÃO DO ANDES-SN!**

O 37º CONGRESSO delibera

Que o GTPFS debata e indique as possibilidades de criação de um novo fundo a fim de criar as condições para a participação de seções sindicais, com até 200 filiados, em reuniões dos setores a ser deliberado no 38º Congresso.

**XIV - SE A REVOLUÇÃO SERÁ FEMINISTA, O LUGAR DA MULHER É NA POLÍTICA!**

O 37º CONGRESSO delibera

**1**.Que o GTPFS e GTPCEGDS, em articulação com as seções sindicais, realizem debates sobre a paridade de gênero na composição da Direção Nacional como política do ANDES-SN, com vistas à apreciação pelo 63º. CONAD.

**2.** Que seja feito um levantamento comparativo da composição por gênero das bases, dos congressos e das direções do ANDES/SN, pelo GTPFS, GTPCEDS, em articulação com as SEÇÕES SINDICAIS a ser apresentado no próximo CONAD.

**XVI - INSCRIÇÕES DE CHAPAS PARA AS ELEIÇÕES DO ANDES-SN BIÊNIO 2018-2020**

- Chapa 1 inscrita às 18h14 do dia 27 de janeiro de 2018 com o nome de ANDES Autônomo e de Luta

- Chapa 2 inscrita às 18h26 do dia 27 de janeiro de 2018 com o nome deRenova ANDES

- **Composição da Chapa 1**: Antonio Gonçalves Filho, Presidente; Eblin Joseph Farage, Secretária-Geral; e Raquel Dias Araújo, 1ª Tesoureira

- **Composição da Chapa 2**: Celi Nelza Zulke Taffarel, Presidente; Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes, Secretária-Geral e Everaldo de Oliveira Andrade, 1º Tesoureiro

Comentários finais:

Como se pode observar no item XVI, logo acima, houve duas chapas inscritas para as eleições para a Diretoria do ANDES-SN, após cerca de uma década havendo chapa única. Isto é uma clara demonstração da vontade de renovação por parcelas expressivas da base, uma vez que a tarefa de montar uma chapa, que além do triunvirato tem de conseguir, 83 nomes de filiados, devidamente em dia com o Sindicato e enquadrados às normas do regimento eleitoral, distribuídos por todas as regionais do ANDES pelo país, do sul ao norte, do leste ao oeste.

Gostaria também de registrar a forte impressão que a equipe da Diretoria do ANDES nos passa quanto à organização e capacidade de trabalho, algo que deve ser reconhecido pela nossa categoria. De fato, é necessário muita doação de tempo e vontade pelas causas sindicais, para conduzir um sindicato deste porte, não resta dúvida. É fato que a equipe da Diretoria é de luta. Ainda assim, julgo que a crítica honesta e construtiva é sempre saudável ao debate democrático, em especial quanto às direções pelas quais é levado o Sindicato ao longo desta luta.

Quanto a organização, ainda não compreendi bem quais são os critérios adotados pela equipe do evento, Congresso do ANDES-SN, quanto à distribuição dos nomes de delegados e observadores pelos grupos mistos de discussão. Também a ordem em que as TR's são colocadas em discussão nestes grupos. Obviamente, nos parece tarefa impossível que todos os grupos, ou boa parte deles, discuta todas as TR's. De Por outro lado, não admito como pode haver uma TR sequer que não seja devidamente discutida num congresso. Penso que o mesmo deveria ser desenhado, priorizando este aspecto em especial, para que tudo que venha ser submetido nos cadernos de textos, além das moções ou instrumentos equivalentes que surjam nas plenárias, venha a ser debatido. Para tanto, não deve haver solução fácil, mas a meu ver, algumas TR's propondo alterações neste quesito não foram devidamente debatidas, sequer modificadas ou consolidadas.

Por fim, acho digno de nota o fato de ter transcorrido, exatamente durante a semana do 37º Congresso, precisamente na quarta-feira dia 24/01/2018, um fato público de extrema relevância para o país inteiro, qual seja o julgamento do ex-presidente Lula pelo TRF4 em POA-RS. A grande maioria das delegações presentes, provavelmente, a meu juízo, com receio de confundir defesa da democracia e do direito de defesa e do devido processo legal para todos, com apoiar a candidatura de Lula em si, fez com que esta boa maioria fizesse extremo silêncio em relação ao caso naqueles dias. Apenas uma grupo, que integra o Forum Renova ANDES, do qual participo, fez uma manifestação no dia 24, no portão de entrada da UNEB, defendendo a democracia e o direito de Lula se candidatar, como qualquer cidadão, por entender que tal defesa além de corresponder a defesa de qualquer um de nós, corresponde a defesa dos direitos da classe trabalhadora de poder expressar o seu voto nas urnas nas eleições deste 2018 que, pelo andar da carruagem, correm o risco de sequer vir a acontecer. Ressalto que a partir deste forum foi construída a chapa 2, concorrente no pleito às eleições para Diretoria no próximo biênio (2018-20), a qual tem o meu apoio, que possui os seguintes nomes no triunvirato: Celi Nelza Zulke Taffarel, Presidente; Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes, Secretária-Geral e Everaldo de Oliveira Andrade, 1º Tesoureiro.

Sem mais nada a declarar, concluo aqui minhas observações.

Saudações sindicais.

Recife, 01 de março de 2018.

Hélcio José Batista

Observador/suplente da ADUFERPE - Seção Sindical do ANDES-SN/Recife

Departamento de Química - UFRPE